

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura da 15ª edição da Feira Internacional da Construção – Feicon

São Paulo-SP, 13 de março de 2007

Meu caro companheiro Luiz Fernando Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio,

Meu querido companheiro Márcio Fortes, ministro das Cidades,

Meu caro Gilberto Kassab, prefeito da cidade de São Paulo,

Deputados aqui presentes,

Meu caro Demian Fiocca, presidente do BNDES,

Meu caro Secretário de Educação de São Paulo,

Meus amigos e minhas amigas que organizaram mais uma Feicon,

Antes de mais nada, quero parabenizar os organizadores e empresas presentes nesta 15ª FEICON, a Feira Internacional da Construção, o maior evento do gênero na América Latina e o quarto maior do mundo.

Os produtos e lançamentos aqui reunidos reafirmam as dimensões de uma indústria que contribui com 60% do investimento brasileiro; uma indústria que impulsiona oito cadeias produtivas; emprega mais de um milhão e trezentas mil pessoas e deve crescer – já ouvi aqui 9%, 12% –, nos meus números está por volta de 6% este ano – eu prefiro ser pessimista – depois de já ter registrado uma expansão de 4,5% em 2006. Essa pujança do setor, felizmente, não é um fato isolado.

Vivemos um momento singular da vida nacional, com forte união de esperança e desenvolvimento. Qualquer que seja o indicador econômico ou social pelo qual se avalie o Brasil hoje, ele mostrará toda a força de um impulso renovado para crescer.

O Brasil tem uma contribuição relevante a dar para a transição da matriz energética mundial e se apresenta ao mundo com um parceiro verdadeiramente democrático, convictamente alicerçado numa inserção soberana e competitiva na economia internacional. A confiança em nós

mesmos é nossa maior aliada.

No primeiro bimestre deste ano, o investimento produtivo cresceu 25% em relação a 2006. O consumo das famílias se expande há treze trimestres consecutivos no Brasil.

A indústria brasileira cresce a taxas de 4,5% ao ano. Mas o setor de bens de capital avança num ritmo quatro vezes maior, significando que a oferta ainda segue na frente da demanda. A capacidade produtiva lidera a expansão do mercado.

Vamos colher este ano uma safra de 127 milhões de toneladas, 3,5% maior que a obtida em 2005/2006. Isso significa o quê? Significa que o Índice de Preços ao Consumidor continuará baixo, tendo já recuado de 0,69%, em janeiro, para 0,34%, em fevereiro, significando definitivamente que a inflação dificilmente voltará a aparecer nas capas das revistas como se fosse a única desgraça deste País.

Portanto, o que o horizonte nos diz é que vamos ter mais crescimento, com mais consumo e com menos inflação.

Todavia, o que é mais importante é que uma nova compreensão de desenvolvimento se espraia por todos os segmentos da nossa sociedade.

Há muito tempo, minhas amigas e meus amigos, a sociedade brasileira havia perdido a noção do que significa esse engajamento nacional para viabilizar um projeto de desenvolvimento.

Tudo se passava como se a economia tivesse pouco a ouvir da democracia. E a democracia nada tivesse a dizer sobre o crescimento econômico.

A terceirização dos destinos nacionais, festejada como sinônimo de modernidade por alguns, e de garantia de eficiência por outros, afastava os verdadeiros protagonistas da nossa história.

Cristalizou-se entre nós, durante algum tempo, a falsa idéia de que o desenvolvimento é uma conta de chegar que se resolve por si mesma, sem a interferência da vontade política, sem o engajamento da sociedade, nem a contribuição de suas lideranças.

É muito provável que no interior dessa concepção de progresso tenham proliferado os germes da violência e dos desequilíbrios sociais que ora nos afligem e nos desafiam.

Se queremos cidadania plena, temos que construir a sua devida correspondência social, que é a plena inclusão da grande maioria da nossa sociedade. Hoje, o motor que impulsiona o Brasil para este objetivo chama-se Plano de Aceleração do Crescimento, chamado PAC.

E a construção civil é uma das locomotivas desse acerto de contas com a nossa própria história. E não se trata apenas de uma frase de efeito.

Para que a construção civil pudesse exercer esse papel, desde 2003 nivelamos o primeiro terreno. Tomamos mais de uma dezena de decisões políticas e econômicas que agora estão se materializando na multiplicação dos canteiros de obras por todo o território nacional.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que, no nosso governo, o Brasil passou a ter um Ministério das Cidades. E que foi neste governo, também, que o Congresso aprovou o Fundo e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

Graças a esse projeto de iniciativa popular, que tivemos orgulho de sancionar em junho de 2005, podemos agora investir em moradia para os segmentos mais humildes da nossa sociedade. E recentemente, depois de 15 anos discutindo no Congresso Nacional, depois de ser vetado em 1995, eu sancionei o marco regulatório do saneamento básico, definindo também a política para o setor no nosso País.

Além disso, foi instituído, e vocês estão lembrados da briga, o patrimônio de afetação, que dá maior segurança ao mutuário para adquirir imóvel na planta, bem como facilita o acesso das incorporadoras ao financiamento bancário. Com essa nova regra, cada empreendimento tem sua própria contabilidade. A crise de uma construtora não afetará mais o andamento da obra, nem prejudicará seus compradores.

Demos isenção do Imposto de Renda para a troca de imóveis residenciais. Isentamos do Imposto de Renda os rendimentos obtidos com títulos de crédito imobiliário em poder de pessoas físicas.

Desde o ano passado, assinamos quatro decretos de desoneração para o setor de material de construção. Mais de 40 produtos tiveram alíquotas reduzidas ou zeradas, um pouco mais de 1 bilhão e 100 milhões de reais de desoneração.

Concluimos também o marco legal do Sistema Financeiro Imobiliário,

com a criação da Letra de Crédito Imobiliário e da Cédula de Crédito Imobiliário.

Definimos as regras do Valor Incontroverso, dando maior transparência, rapidez e equilíbrio a decisões judiciais relativas ao financiamento imobiliário. Adicionamos mais segurança ao mutuário e ao mercado.

Alteramos a Lei 4.380, permitindo operações de crédito imobiliário a juros pré-fixados, sem a correção da TR, o que abre a possibilidade de prestações fixas para o comprador da casa própria.

O BNDES destinou também 100 milhões de reais para financiar o investimento das empresas de construção em modernização e inovação tecnológica. Quero lembrar que esse dinheiro foi pouco utilizado, que é preciso utilizá-lo mais.

Componente da Política Nacional de Habitação, o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat tem sido instrumento eficaz na melhoria da qualidade da habitação e modernização produtiva. Contribui para melhorar a qualidade dos produtos, serviços e obras da construção civil, reduzindo custos, e para otimizar o uso de recursos públicos com soluções mais baratas e de maior durabilidade.

Além disso, a Caixa Econômica Federal, que antes só financiava o comprador do imóvel, agora vai emprestar também 4 bilhões e 500 milhões de reais para as empresas iniciarem novos empreendimentos imobiliários.

Aperfeiçoamos regras de aplicação e empréstimo do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, favorecendo adicionalmente a expansão do mercado.

Quero lembrar também, a todos os senhores, que o financiamento habitacional cresceu 60% no nosso País, em 2006. Nunca, desde os anos 70, houve tanto dinheiro para habitação. Dinheiro mais barato e prazos mais longos, o que significa dizer que a prestação está, cada vez mais, adequada ao bolso dos nossos queridos compradores e compradoras.

Com os investimentos previstos no PAC, será cada vez mais fácil trocar o aluguel pela casa própria. Vamos investir mais de 170 bilhões e 800 milhões de reais em infra-estrutura social e urbana nos próximos quatro anos.

Só a habitação será a principal beneficiada, com 106 bilhões e 300 milhões de reais. A construção civil, portanto, é a grande aposta do PAC para

acelerar a expansão do crédito na nossa economia.

Hoje o volume de crédito disponível na economia já equivale a mais de 33% do PIB. O financiamento imobiliário participa com 3% desse total. Mas nós precisamos, queremos e devemos, e porque também nós podemos, estamos criando as condições para elevar esse percentual de 3% para 15% do PIB, o equivalente a 300 bilhões de reais ao ano.

Portanto, meus amigos e minhas amigas, não surpreende que o mercado de construção esteja aquecido. E que já represente o sexto principal destino do investimento estrangeiro entre nós.

Só para lembrar, em 2006 o capital estrangeiro investiu 1 bilhão e 300 milhões de dólares no setor. À frente, portanto, de segmentos importantes como o de telecomunicações, que é muito maior, e que recebeu menos investimento do que a construção civil.

Quero lembrar, porém, que não se trata de providenciar apenas a moradia, mas também o saneamento que ela requer, a urbanização que as comunidades necessitam, a coleta de lixo e o acesso à energia elétrica que dão dignidade ao local em que vivemos.

Vocês estão lembrados que “O Globo”, no domingo, publicou uma matéria que mostra que por conta do programa Luz para Todos, 23% das pessoas que foram beneficiadas pelo Programa sairiam do campo se não tivesse luz elétrica chegando ao lugar. Nós queremos chegar até 2008, apagando o último candeeiro deste País porque aí, sim, nós estaremos iguais aos chamados países mais modernos.

Nosso desafio é continuar a avançar, e avançar muito na construção dos fundamentos da vida em sociedade, num país que já reúne a quarta maior taxa de urbanização do Planeta. Por isso, o PAC assumiu o desafio de reduzir a metade do déficit habitacional acumulado nesse processo, e de investir também 40 bilhões de reais em saneamento nos próximos quatro anos.

Sabemos, e os senhores não desconhecem, que não basta entregar as chaves da casa. Um verdadeiro lar não começa nem termina entre quatro paredes. A segurança da rua é sua extensão natural. O saneamento do bairro é condição de saúde da família. A iluminação, o lazer e a escola são o cimento que aglutina uma comunidade e humaniza sua juventude.

Estamos convidando os senhores a se engajarem numa arquitetura de

reconstrução cívica, cuja planta é o PAC. Ele expressa a nossa certeza, que vem desde o primeiro dia do nosso primeiro mandato, de que não se transforma uma sociedade à margem do seu povo, nem se humaniza uma cidade sem cidadania.

Meus queridos companheiros, eu sempre tenho que ler um discurso porque tem uma coisa institucional, mas eu quero falar um pouco com vocês, agora, sobre o que está acontecendo no nosso País.

É bem possível que em cada reunião que nós participemos, sempre aparecerá alguém para falar da taxa de juros, sempre aparecerá alguém para falar da taxa de câmbio, sempre aparecerá alguém para dizer que alguma coisa está faltando. E é importante que seja assim. Não pensem que, da parte do governo, nós ficamos preocupados quando alguém nos cobra alguma coisa, porque são essas cobranças que acendem uma luz amarela, permitindo que a gente nunca esqueça que sempre teremos que dar um passo a mais. Mesmo que já tivéssemos feito uma caminhada inteira, sempre tem um degrau a mais para a gente subir.

E nós queremos continuar com essa relação democrática e civilizada porque durante muito tempo, quando o Brasil era governado por pessoas que achavam, porque tinham sido eleitas presidente da República ou porque tinham sido indicadas para ministro, que a partir dali não precisavam ouvir mais ninguém, que não precisavam consultar mais ninguém, que tudo seria feito apenas pelo instinto dos grandes tecnocratas que nós temos, o Brasil não deu certo.

A construção civil é o retrato fiel de um setor que é um dos pilares do desenvolvimento de qualquer país do mundo. No Brasil, há quase 30 anos, estava totalmente estagnado, sem que houvesse perspectiva de crescimento, sem que houvesse política de crédito específica e sem que tivesse, da parte do governo, a compreensão de que qualquer país do mundo começa a crescer exatamente quando tem um telhado novo porque foi feita uma reforma, ou tem um telhado novo porque foi feita uma coluna ou um alicerce novo.

Nós estamos convencidos de que o PAC é apenas um começo. Quem, da construção civil, tem acompanhado o PAC, sabe que em raros momentos da história deste País um programa foi lançado com a amarração com que foi feito o PAC. O PAC tem começo, meio e fim. Só para vocês terem idéia, eu

tenho feito reuniões com os governadores e tenho discutido os projetos de urbanização de favelas e saneamento. Eu tenho dito para os governadores: nós definimos, junto com o Ministério... O Conselho Gestor define, não é apenas o ministro, o governador ou o prefeito. É um Conselho Gestor que define, junto com o ministro e junto com os governadores quais são os projetos mais importantes da cidade de São Paulo, da cidade do Rio de Janeiro. Dali, nós vamos chamar o governador do estado, vamos chamar os prefeitos das cidades envolvidas e vamos dar um prazo para eles: se até tal data não estiver pronto o projeto-executivo, para que a gente possa licitar e começar a obra, nós iremos transferir o dinheiro para outro projeto, quiçá para outro estado, quiçá para outra cidade. Nós não ficaremos com dinheiro em caixa, esperando, para engordar o superávit primário no final do ano.

O dinheiro está disponibilizado, nós queremos fazer a maior ação democrática e civilizada com os prefeitos. Aqui de São Paulo, um belo dia, o Kassab será convidado, com o prefeito de Osasco, com o prefeito do ABC, com o prefeito de Guarulhos, com o prefeito de Campinas, com o prefeito da Baixada Santista, porque nós vamos atacar, em primeiro lugar, a chamada região metropolitana, que é onde está o grande problema da péssima qualidade de moradia e da necessidade de urbanização. E isso vai ter um protocolo assinado por mim, pelo governador e pelos prefeitos. Vai ser a lei do “pão, pão, queijo, queijo”, todo mundo vai assinar, vai ter compromisso. Se até tal data não cumprir, o dinheiro será deslocado para outro lugar que tenha projeto pronto, porque quando a gente disponibiliza dinheiro, nós queremos gastar cada centavo. Nós estamos cansados de ver, nos últimos 30 anos, ser anunciado dinheiro e, no final do ano, o dinheiro anunciado volta para o Tesouro porque as prefeituras não tinham projetos, porque não estavam preparadas para construir a obra.

Gostaria também de pedir para vocês: é preciso que haja uma afinação entre os empresários para que, quando tenha uma licitação, não fique um empresário entrando na Justiça contra o outro, pedindo liminar. É preciso que vocês coloquem ordem na casa, colocando uma coordenação, para que a gente possa entrar... Eu vou dar um exemplo: nós vamos começar a fazer a BR-101 Nordeste. Nós fizemos nove lotes. Quando fizemos a primeira licitação, começou uma guerra entre as empresas. Sabem o que eu fiz? Eu,

simplesmente, cancelei e dei para o Exército fazer a obra, até que as empresas se acertem e apresentem um preço que seja factível para construir a obra.

O gasoduto Coari-Manaus, dois trechos, licitação normal; terceiro trecho, uma guerra entre as empresas. Eu chamei as empresas e disse: se vocês não me apresentarem um preço compatível com o preço de mercado, eu vou dar para o Exército fazer e vocês vão ficar sem a obra. Graças a Deus, apresentaram um preço que era assimilável pela Petrobras.

Então, eu penso que este Brasil que nós estamos construindo precisa que todos nós, do presidente da República, a um trabalhador – aos dois trabalhadores que falaram aqui – que a gente comece a perceber que nós temos que mudar velhos hábitos, velhos costumes. A Lei da Micro e Pequena Empresa, que vai entrar em funcionamento em junho, certamente vai resolver esse problema da informalização do mercado de trabalho. Ela vai facilitar para que pequenas empresas possam se formalizar e possam permitir que o trabalhador esteja legalmente registrado para prestar o seu serviço.

Eu quero dizer para vocês que saio daqui feliz, porque eu vim aqui colher uma coisa que nós começamos a plantar juntos. Eu sei quantas reuniões nós fizemos, eu sei quantas vezes as pessoas reivindicaram, eu sei quantas vezes o Furlan chegou na reunião pedindo algumas coisas, eu sei de quantas vezes o Márcio Fortes chegou... eu conheço e reconheço os argumentos, às vezes, dos ministros da área econômica, porque toda vez que você tem que tirar 1 real de um lugar, você fica pensando no que vai acontecer no outro lugar. Mas quero dizer para vocês que o difícil já passou. Hoje, eu olho para os 8 milhões e meio de quilômetros quadrados deste País, eu olho para o mundo globalizado que antes assustava o Brasil e posso dizer para vocês, da construção civil deste País: o Brasil vive, eu diria, um momento mágico na sua macroeconomia, nas suas reservas cambiais, no seu superávit de balança comercial, na nossa política de importação. E podem ficar certos: sem decreto, sem lei, sem mágica, os juros vão continuar caindo, o câmbio vai se ajustar sem que apareça ninguém com mania de nervoso, achando que num toque de mágica ele pode encontrar o número mágico que vai valorizar o câmbio, ou o número mágico dos juros, não.

Nós, a vida inteira, defendemos que é preciso garantir. Com a fiscalização do governo, com a participação dos empresários e dos

trabalhadores, o mercado vai se ajustando à nossa realidade, ao invés de nós nos ajustarmos à realidade apenas do mercado.

Mas nós também sabemos que toda vez que alguém tentou inventar uma mágica, neste País, o resultado final foi um desastre para o próprio País. Nós chegamos até onde chegamos porque vocês compreenderam, porque vocês contribuíram, porque os trabalhadores tiveram paciência, porque os trabalhadores acreditaram e porque os homens que compõem o governo sabiam que eu não iria permitir nenhuma invenção milagrosa, porque o milagre é contra nós.

Eu estou convencido e quero dizer para vocês que o Brasil hoje não depende mais de ninguém, o Brasil depende de nós. O Brasil depende das nossas convicções, o Brasil depende das nossas iniciativas e o Brasil depende, agora, de acreditar que há muito tempo a gente não vivia uma situação como a que estamos vivendo hoje. E a construção civil é o espelho disso. Deus queira que cresça 12%, Deus queira que cresça 10%, Deus queira que cresça 9% e Deus queira que cresça até mais. O que é importante é que nós queremos ver muitos telhados novos espalhados pelo território nacional.

Meus parabéns pela Feicon, espero que vocês me apresentem casas de qualidade, mais baratas, o que nem sempre é tão fácil. Eu me lembro de uma discussão que a gente fez no governo, o Furlan está lembrando, em que a gente tentou incluir o azulejo e a lajota nos produtos a serem desonerados, e um companheiro dizia assim: “não, mas lajota é coisa de rico, azulejo é coisa de rico.” E eu me lembrava do Joãozinho Trinta: “quem gosta de miséria é rico, pobre gosta é de luxo.” Ou seja, se o pobre puder colocar azulejo na casa dele, ele vai colocar, se ele puder colocar lajota, ele vai colocar, porque ele sabe o que é melhor para ele.

Meus parabéns, muito obrigado e sorte, no ano de 2007, para todo mundo.